

**VI Semana Internacional
de Pedagogia**

**“Pedagogia em MovimentUS:
Aproximações entre
Universidade e Sociedade”**



**II Encontro Estadual de
Educação em Prisões de Alagoas**

**I Seminário de Educação em
Prisões de Alagoas**

**“Educação de pessoas em privação de liberdade:
Embates, Políticas Públicas e Práticas
Educativas”**

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

ISSN: 1981 - 3031

OS JOGOS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA INTEGRADORA QUE PROPICIA A INCLUSÃO

Natália do Nascimento Santos

natalianascimento213@gmail.com

RESUMO

Nos últimos anos houve um aumento do percentual de alunos com deficiência no ensino regular, esta conjuntura impulsionou pesquisas relativas a inclusão no ambiente escolar. Ao partir do princípio de que as instituições escolares são agências formadoras, pode-se conceber uma educação propulsora da democracia e respeito à diversidade. Objetivamos através desta pesquisa, apresentar reflexões acerca das contribuições dos jogos cooperativos como um instrumento pedagógico integrador favorável a inclusão, tendo como enfoque, a relevância das reflexões realizadas pelos educadores acerca da sua prática pedagógica para sua formação continuada e para a realização de uma prática pedagógica baseada em valores inclusivos, para tal fim, realizamos análises bibliográficas de obras e autores que abordam esses assuntos para fomentar nossas reflexões relativas ao tema. Como considerações finais entende-se que a inclusão só é efetivada através do olhar afetivo da comunidade educativa a todos os educandos, viabilizando a autonomia e a construção de relações interpessoais democráticas, torna-se, portanto, essencial a capacidade dialógica do educador em demonstrar que há a unidade na diversidade e a diversidade na unidade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Prática Pedagógica. Olhar afetivo. Jogos cooperativos. Formação continuada.

1 INTRODUÇÃO

A crescente entrada de alunos com deficiência no ensino regular demanda cada vez mais dos educadores uma formação que compreenda as especificidades de cada discente, nesta sequência, entendemos que faz parte da formação continuada dos professores a autocrítica e a autoavaliação de sua prática educativa, para que assim possa identificar se seu exercício como educador é inclusivo. Uma educação inclusiva compreende a capacidade dialógica do educador em executar ações democráticas, através do respeito aos diversos tipos de saberes, desta maneira, apresentar aos educandos a diversidade existente na construção de nossa sociedade

em consonância a valores como o respeito, são propostas que se configuram como um dos pontos elementares da democracia.

Partimos do princípio de uma educação transdisciplinar, baseada em concepções sociais, culturais, afetivas e científicas que proporcione aos educandos o desenvolvimento não apenas dos conhecimentos científicos, mas que também aborde e desenvolva as demais dimensões constituintes do ser humano. É neste contexto que apresentamos aos educadores - através deste estudo - reflexões que promova uma prática educativa que proporcione o desenvolvimento do sujeito e seu efetivo exercício na cidadania, para isso, entendemos que se torna necessário a realização de práticas inclusivas, visto que a inclusão é o respeito ao ser e as suas especificidades, além de proporcionar condições para sua integração.

A aprendizagem também é produzida através de ações, portanto, proporcionar aos educandos a compreensão do respeito à diversidade é um componente do agir docente cotidiano, neste segmento, a melhor maneira de ensinar aos seus alunos o que é respeito e inclusão é respeitando e incluindo, é compartilhando com seus educandos diariamente ações solidárias e dialógicas. Para este fim, apresentamos os jogos cooperativos como uma proposta integradora e inclusiva. Através dos entendimentos proporcionados por autores que abordam o assunto, discorreremos acerca dos desenvolvimentos estimulados pelos jogos no universo infantil. Objetivamos estimular o educador a refletir sobre sua prática pedagógica e executar um olhar inclusivo para que assim possa ensiná-lo aos seus educandos. Por fim, concebemos os jogos cooperativos como um instrumento inclusivo que proporciona um ambiente cercado de valores como a solidariedade e respeito, e que pode ser utilizado e adaptado por cada educador.

2 A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A DIVERSIDADE PARA PROMOVER A INCLUSÃO

No atual contexto histórico e social, marcado pela ascensão das reivindicações e lutas dos diversos grupos sociais, vários questionamentos são levantados a respeito da função política e social da educação, uma vez que a mesma se constitui como um reflexo da sociedade, através da transmissão dos valores socioculturais e dos conhecimentos científicos produzidos historicamente pela humanidade, promovendo,

deste modo, a inserção dos novos membros da comunidade aos valores e concepções culturais vigentes.

Neste segmento, torna-se essencial que a educação formal, de maneira democrática, aborde as diversas realidades que compõe a sociedade para fomentar o respeito e a inclusão da diversidade, estas condições são fundamentais para cumprir o Art. 205. da constituição Federal de 1988, que atribui à educação e à família a função de preparar o indivíduo para cidadania. Nesse sentido é necessário questionar quais os posicionamentos e incumbências as instituições escolares devem tomar frente as questões da diversidade, uma vez que o diálogo entre sociedade e instituição escolar são um dos pilares da educação, a mesma manterá sua ideologia pautada na hegemonia ou promoverá a democracia representando os diferentes grupos sociais em seus projetos educacionais?

O planejamento de um ensino que promova a cidadania, a democracia e a inclusão, não deve ser pautado na igualdade, uma vez que vivemos em uma sociedade pluricultural e diversificada na qual constatamos a inexistência de uma igualdade utópica, portanto, é possível verificar a presença de uma distorção - através do discurso neoliberal meritocrático – do significado da palavra igualdade, no qual, é através da alocação da igualdade de oportunidades para todos, que são justificadas as desigualdades socioculturais e econômicas, é necessário, portanto, basear a educação na diferença, tendo em vista que o diferente não é algo ruim ou pejorativo, a diferença nos constitui como nação, faz parte da nossa história e da construção de nossa carga cultural marcada pela miscigenação. Negar nossas origens e nossa diversidade é a primazia da exclusão.

Um ambiente educacional composto pela diversidade, seja ela visual, física ou interpessoal, favorece a aprendizagem pois causa os desequilíbrios que, segundo a abordagem Piagetiana, “obrigam um sujeito a ultrapassar o seu estado atual e procurar seja o que for em direções novas [...] Os desequilíbrios constituem o motor da investigação, porque sem eles, o conhecimento manter-se-ia estático” (PIAGET, 1977, p. 23 e 24). Nesse sentido, o contato com o novo, com o que é diferente de si mesmo, proporciona o desequilíbrio no sujeito que o leva a construção de novas estruturas cognitivas para que assim ocorra a acomodação e, posteriormente a assimilação, ou seja, a aprendizagem, que é um fator fundamental e conseqüente do

desenvolvimento humano, portanto, torna-se significativo à aprendizagem de todos os educandos, um ambiente heterogêneo.

Nos últimos anos, houve um aumento da inserção de pessoas com deficiência no âmbito escolar e no ensino regular, tal aumento foi proporcionado através da conscientização da população, de leis e políticas públicas afirmativas voltadas a esse grupo social. De acordo com o censo escolar de 2016, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP: “57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%”, o aumento do percentual de alunos com deficiência no ensino regular evidencia a necessidade da realização de práticas integradoras que propiciem a inclusão, visto que a inclusão não está completa com a entrada dos alunos no ensino regular, a mesma só estará completa quando todos os alunos da instituição escolar, com deficiência ou não, conseguirem enxergar o outro como um sujeito legítimo, respeitando suas limitações, potencialidades e lugar social, nesse sentido, incluir não é apenas proporcionar o convívio mas fornecer subsídios e orientações à todos os alunos que possibilite um olhar de respeito, afetividade e cooperação.

No que se refere a esse novo olhar direcionado aos sujeitos educacionais, de acordo com o antropólogo David Le Breton:

“A biologia desaparece ante o que a cultura lhe empresta de aptidão. Se o corpo e os sentidos são os mediadores de nossa relação com o mundo, eles não o são senão através do simbólico que os atravessa. Os limites do corpo, como aqueles do universo do homem, são aqueles fornecidos pelos sistemas simbólicos dos quais ele é tributário. [...] O indivíduo interpreta seu entorno e age sobre ele em função das orientações interiorizadas pela educação ou pelo hábito.” (LE BRETON, 2016, p.25).

Nessa perspectiva, constatamos que o olhar dos sujeitos é fixo, e que, portanto, é necessário e possível – através das orientações e da aprendizagem - o distanciamento desse olhar para poder observar as diversas realidades, na medida em que os olhos não são apenas receptores, mas também tradutores da realidade de acordo com a cultura e a aprendizagem de cada indivíduo, nesse segmento, existem várias formas de observar o mesmo objeto. Ao partir desse pressuposto, constata-se que o olhar pode ser educado, logo, é preciso reeducar os sentidos, pois uma educação que visa promover a cidadania e a inclusão deve estar pautada para além do cientificismo, dado que a vida sensorial é tão importante quanto a vida cognitiva.

Dessa forma, orientar o olhar do discente para o conhecimento da realidade do outro proporciona bases para o respeito, só há a possibilidade do respeito quando se compreende a dimensão e as especificidades do que se é proposto ao mesmo, é dessa forma que a inclusão pode ser propiciada, através das demonstrações e do conhecimento da realidade sociocultural do universo dos alunos com deficiência.

De acordo com Morin: “É apropriado conceber a unidade que assegure e favoreça a diversidade, a diversidade que se inscreve na unidade.” (MORIN, 1921, p.57), Entendemos, portanto, que é importante apresentar aos alunos a dimensão de que todos os indivíduos compartilham das mesmas características e potencialidades, pois, além de todas as características genéticas pertencentes a espécie humana, todos os indivíduos dispõem de afetividade, emoções, raciocínio lógico, etc., ao mesmo tempo que todos possuem suas especificidades e subjetividade, fatores que compõe a diversidade e é a partir dela que a inovação e a criatividade emergem, nesse sentido, apresentar aos discentes que há igualdade no diferente e que há um pouco de si no outro são propostas que favorecem o diálogo e o respeito. A limitação - seja ela física ou cognitiva – possibilita o desenvolvimento de novas habilidades e novas possibilidades de aprendizagem significativa, nesse contexto, compete ao educador a crença no potencial de todos os seus educandos.

Ao partir desse pressuposto propomos aos educadores a reflexão de um olhar educativo fundamentado para além dos saberes científicos, afim da execução de uma prática pedagógica que desenvolva a complexidade do ser humano ao compreender que faz parte da formação dos discentes os saberes necessários para o convívio em sociedade, para o desenvolvimento de sua autonomia e para a constituição de sua identidade, esses fatores implicam em uma abordagem pedagógica que é ao mesmo tempo científica, cultural, social e afetiva, aberta ao diálogo entre os saberes, em que se respeita os conhecimentos do educando. Tais pontos envolvem a capacidade dialógica do educador, porquanto, o convívio em sociedade implica na condição do ser cidadão e envolve um conjunto de valores que norteiam os comportamentos humanos interpessoais, isto posto, acreditamos ser oportuno a realização de diálogos que evidenciem e viabilizem a construção de valores inclusivos como o respeito e a tolerância, através da elaboração de práticas dialógicas que tenha por objetivo a humanização e a construção de relações democráticas.

2.1 UTILIZAÇÃO DOS JOGOS PARA A APREENSÃO DE VALORES INCLUSIVOS

O Educador utiliza múltiplos instrumentos de ensino para a construção ativa do conhecimento com seus educandos, desta forma, a aplicação de jogos e brincadeiras são constantes na educação básica e se configuram em instrumentos pedagógicos capazes de transmitir conhecimento, informação, construir valores, evidenciar direitos e deveres, promover relações interpessoais baseadas na afetividade e respeito, além de proporcionar o desenvolvimento das potencialidades.

De acordo com Piaget (2002), o desenvolvimento cognitivo ocorre em estágios que correspondem ao sensório-motor (0 a 24 meses), Pré-operatório (2 a 7 anos), Operatório concreto (7 a 12 anos) e Operatório formal (12 anos em diante). A partir do estágio Pré-operatório a criança começa a manifestar as funções representativas - simbólicas -, é neste momento que passa a diferenciar os símbolos de seus correspondentes reais, deste modo, as crianças propendem a representar acontecimentos de sua realidade através de desenhos, brincadeiras ou jogos simbólicos. Pode-se entender que ao jogar simbolicamente a criança passa a expressar seus sentimentos, ideias, medos e desejos.

Neste ponto de vista, os jogos são entendidos como uma grande fonte de aprendizagem ao proporcionar constantes desafios que causam desequilíbrios, além de permitir o desenvolvimento de representações simbólicas originárias do universo simbólico da criança. Neste segmento, durante o ato de brincar e jogar, a criança passa a assimilar situações e objetos envolvidos no jogo, ao mesmo tempo que estimula a criação de novas estruturas cognitivas através da interiorização que, segundo Lefrançois:

“Interiorização é, na terminologia de Piaget, equivalente à formação de conceitos mentais. Interiorização é o processo pelo qual as atividades e eventos do mundo real adquirem representação mental. Assim, primeiro vem a atividade, depois, a representação mental dela. A interiorização é a base da aprendizagem cognitiva.” (LEFRANÇOIS, 2016, p.247)

Portanto, a realização de atividades representativas sejam elas jogos ou brincadeiras, estimulam o desenvolvimento de categorias cognitivas nas crianças e possibilitam que elas expressem suas vivências.

Tendo em vista que os jogos são materiais pedagógicos utilizados frequentemente na educação básica seja para o ensino de matemática, gramática,

etc., ou para a socialização entre os indivíduos do processo educativo, pode-se compreender que os objetivos direcionados a essa prática pedagógica se referem aos significados atribuídos aos mesmos, segundo Kishimoto: “Considerar que o jogo tem um sentido dentro de um contexto significa a emissão de uma hipótese, a aplicação de uma experiência ou de uma categoria fornecida pela sociedade.” (KISHIMOTO, 2003, p.107), nesse segmento, pode-se atribuir aos jogos contextos que possibilitem a sua utilização como um instrumento pedagógico integrador favorável a inclusão, uma vez que se torna necessário a constatare reflexão acerca dos valores que estão orientando as ações humanas, dado que tais valores perpassam a educação formativa.

Por este ângulo, concerne aos educadores a autoavaliação de sua prática educativa, para que dessa forma favoreça a execução de ações baseadas em valores inclusivos, tais ações devem permear as relações interpessoais do corpo docente para que o professorado trabalhe de forma unitária e coletiva em uma perspectiva inclusiva, tendo em vista que a inclusão é um processo contínuo e permanente que necessita a elaboração de condições favoráveis a mesma durante toda etapa educativa dos alunos, assim sendo, consideramos que a inclusão e o respeito à diversidade se constitui em um longo processo que deve ser iniciado desde os primeiros anos escolares, visto que uma comunidade educativa inclusiva é um princípio constitutivo da gestão democrática.

A união do professorado e o seu trabalho coletivo faz parte da formação continuada dos educadores na medida em que possibilita a troca de experiências e conhecimentos, favorecendo o planejamento de um processo educativo contínuo e integrado, de acordo com Brotto: “é preciso re-criar, re-educar o educador, caracterizando-o como um mestre-aprendiz imerso num processo de formação e trans-formação permanente.” (BROTTO, 1999, p.24), portanto, a aprendizagem dos educadores é contínua, efetivada por suas reflexões acerca de sua prática pedagógica.

A concepção de jogos cooperativos no contexto de valores inclusivos como a solidariedade, igualdade, democracia, equidade, responsabilidade e ajuda mútua, estimula mudanças interiores e exteriores no indivíduo, na medida em que os jogos representam as primeiras formas de apreensão de regras, socialização e práticas

sociais e culturais vivenciadas pelas crianças. O educador, ao dialogar com os alunos acerca da vivência dos indivíduos com deficiência e - através dos jogos -, apresentar um ambiente solidário em que os educandos de forma ativa exerça o ato de colocar-se no lugar do próximo para que assim possa ajudá-lo, na compreensão de que através da união, colaboração e ajuda mútua, os objetivos propostos serão alcançados por todos, provoca mudanças e fomenta um ambiente inclusivo. Segundo Brotto:

“Aprendendo a jogar dentro do estilo cooperativo, desfazemos a ilusão de sermos separados e isolados uns dos outros e percebemos o quanto é bom e importante ser a gente mesmo, respeitar a singularidade do outro e compartilhar caminhos para o bem-estar comum. Podemos vivenciar os jogos cooperativos como uma prática re-educativa, capaz de transformar nosso condicionamento competitivo em alternativas cooperativas.” (BROTTO, 1999, p. 87-88)

Deste modo, pretende-se destacar que a execução de jogos cooperativos como uma prática pedagógica integradora viabiliza a abertura de inúmeras possibilidades, entre elas, a oportunidade de orientar o olhar dos alunos para uma interpretação da realidade das pessoas com deficiência baseada na afetividade, confiança, respeito e solidariedade, princípios norteadores da inclusão.

Uma instituição escolar inclusiva e uma prática pedagógica inclusiva não se limita a questões estruturais ou de acessibilidade, para que sejam de fato inclusivas devem estar pautadas em valores inclusivos, no respeito e na compreensão das potencialidades de todos os educandos independente de suas limitações, a beleza do educador está no respeito e na crença do potencial de seus educandos, no incentivo a sua autonomia e no estímulo ao desenvolvimento de suas habilidades. A inserção dos alunos na perspectiva da inclusão permitirá a construção de uma sociedade democrática, em que os inúmeros grupos sociais que compõe a diversidade serão não só representados, mas terão seu lugar social respeitado. A busca por uma educação inclusiva não é pautada na igualdade, mas sim na equidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se que a utilização dos jogos, em especial os jogos cooperativos, estimulam diversas áreas do desenvolvimento infantil, sejam elas áreas: cognitivas – ao apresentar situações e

objetos novos que causam desequilíbrios proporcionando a formação de novas estruturas cognitivas -; de relações interpessoais – baseadas em valores inclusivos como o respeito, a solidariedade, ajuda mútua, etc., que correspondem a uma preparação para a vida em cidadania - e de afetividade – na medida em que as crianças podem expressar seus anseios, sentimentos, medo, etc. -. Tais fatores nos conduzem a conceber os jogos cooperativos como um instrumento de inclusão.

Entendemos que um ambiente inclusivo é fundamentado em valores inclusivos e neste sentido toda comunidade educativa deve compartilhar de tais valores, para não só receber os alunos com deficiência através dos recursos necessários para sua acessibilidade, mas também proporcioná-los uma comunidade acolhedora, que o enxergue a partir das suas potencialidades e não de suas limitações, que o veja como um sujeito legítimo, que o permita construir a autonomia de sua vida. Portanto, ao educador incumbe o respeito a história e especificidade de seus educandos, ensinando-os através de suas ações o olhar afetivo e respeitoso ao próximo.

A formação contínua do educador não corresponde apenas a cursos de formação, ela também ocorre através da constante análise de sua prática educativa. Através das reflexões apresentadas neste estudo, consideramos que as exposições acerca das concepções de ambiente inclusivo fazem parte da formação continuada do professor, uma vez que requer uma autocrítica que proporciona mudanças significativas em sua prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Disponível

em:<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_205_.as>. acesso em: 16 Nov 2018.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo escolar da educação básica 2016. Brasília, DF: INEP, 2017.

LE BRETON, David. ***Antropologia dos sentidos***. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2016.

LEFRANÇOIS, Guy R. ***Teorias da aprendizagem: o que o professor disse***. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MORIN, Edgar. ***Os sete saberes necessários à educação do futuro***. Brasília, DF: Unesco, 2000.

PIAGET, Jean. ***Seis estudos de psicologia***. Rio de Janeiro: Florence, 2002.

_____. ***O desenvolvimento do pensamento: equilíbrio das estruturas cognitivas***. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. ***O jogo e a educação infantil***. Perspectiva, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 105-128, jan. 1994.